Responsabilidade social e sustentabilidade de culturas locais: um projeto acadêmico em Itaipu (Niterói – RJ)*

César A. Lotufo

Foto panorâmica da região de Itaipu – Niterói – Rio de Janeiro

O problema da preservação sócio-ambiental e da sustentabilidade de culturas tradicional-locais, está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento econômico imposto pela autodenominada civilização global. A Responsabilidade Social das empresas surge como ferramenta de busca de soluções para a questão do equilíbrio entre desenvolvimento e a conservação de um nível elevado de qualidade de vida dos grupos sociais nas suas relações com a natureza.

Introdução

A sociedade autodenominada global vive uma crise cultural-ambiental sem precedentes na história das conquistas humanas.

O cenário geo-ambiental é devastador, com efeito, estufa promovendo alterações climáticas em todo planeta, parecendo-nos irreversível. Das grandes cordilheiras sem neve à destruição dos grandes biomas florestais tropicais, passando pela seca de seca de

rios e desaparecimento de lagos, o que observamos em toda a superfície terrestre é um legado de desertificação, causado pelo impacto das ações antrópicas. Queimadas, chuva ácida, exploração irracional dos recursos mineralógicos, poluição dos mananciais hídricos e dos oceanos, aterros tóxicos, além da polêmica destruição da camada de ozônio, são alguns testemunhos da ação predatória dos grupos humanos sobre a teoria da vida da qual faz parte.

A pressão populacional sobre as fontes hídricas e sobre os solos agrícolas, promove uma redução drástica dos recursos naturais dos biomas terrestres. Água potável, limpa e indispensável à vida já não é disponibilizada para todos. Os solos estão enriquecidos pelo uso excessivo de agrotóxicos e pesticidas, além de serem convertidos em pastagens, cenários de cupinzeiros, que por sua vez, contribuem para o aumento do efeito estufa, devido ao CFC (cloro flúor carbono) liberado pela digestão desses insetos. Vale lembrar que o Brasil está no topo da lista dessa prática.

A modernidade sob uma ótica antropológica

O que o capitalismo chama de modernidade tem aprofundado as desigualdades socioeconômicas entre os habitantes dos quatro cantos da superfície terrestre, com o agravamento da situação da população em nações submetidas ao terrorismo praticado por países colonialistas e neo-colonialistas. Em países que ocupam periferias semelhantes ao Brasil assistimos à destruição das instituições sociais encarregadas da organização dos grupos e dos indivíduos, como recorda Ribeiro (1995), ao afirmar que no país a família não orienta a educação não ensina a religião não promove a religiosidade com Deus e a política não politiza.

César A. Lotufo é Arqueólogo, especialista em Didática do ensino Superior, Mestre em Geociências e doutorado (incompleto) em Antropologia da Informação. Leciona na Universidade Estácio de Sá desde 1986 trabalhando atualmente nos cursos de Arqueologia, Administração, Direito, Letras e Psicologia. Possui livros publicados no Brasil e artigos científicos em Portugal e no Brasil.

E-mail: c.lotufo@ig.com.br

* Projeto acadêmico de base holística, envolvendo a troca de informações científicas e de culturas tradicionais para aplicação em seguimentos educacionais universitários.

Os esforços da sociedade organizada

Era de se esperar, que diante desse cenário, construído a partir do século XIX, pelas nações industrializadas do ocidente, que a sociedade civil global organizada reagisse para além da simples criação do termo Ecologia, pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, em 1876.

A consciência ecológica ocidental começou a ser construída no seio da contracultura e de seus movimentos sociais, como o hippismo, o tropicalismo e as revoltas estudantis, com suas palavras de ordem e o pedido de um basta ao desenvolvimento, em fins da década de 1960.

A partir dos anos 70 líderes políticos de todo o mundo engrossam o discurso de ambientalistas, educadores, professores e cientistas, contra o desenvolvimento, criando um novo paradigma: o da sustentabilidade sócio-econômica e geo-ambiental.¹

Diversidade cultural, ambientalismo e ongs

O momento atual do processo de mundialização de culturas – as pressões sócio-econômico sofridas pelas comunidades tradicionais-locais em consequência da globalização dos mercados e das tecnologias da informação –, é preocupante e exige uma integração dos esforços acadêmicos, políticos e empresariais, em defesa da diversidade cultural, do multiculturalismo e do sócio-ambientalismo.

Deve-se ressaltar, contudo, que no projeto de construção da modernidade ocidental, o impacto positivo das ferramentas midiáticas se faz presente, através da maior participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios, em relação às novas identidades culturais.

A participação das Organizações Não Governamentais (ONGS), como fiéis representantes do terceiro setor, atuando junto ao Poder Público, às universidades e aos legisladores, possibilitam uma outra construção sócio-educacional, as pressões comunitárias, acadêmicas e políticas sobre a concessão de certificações de produtos ecologicamente corretos e socialmente corretos.

Essa pressão civil, de caráter global, construiu uma outra via, suscitando uma globalização reformulada, como defendia o geógrafo Milton Santos, em oposição às diretrizes neo-colonialistas e imperialistas – via de mão única, coercitiva, que suprimiu os direitos humanos mais elementares de participação na teia da vida, em detrimento da exploração econômica e da arrogância etnocêntrica das superpotências mundiais.

Os regimes globalitários² ainda seguem o antigo modelo capitalista, de crescimento a todo custo, sendo seguidos por economias emergentes do século XXI, como China, Índia e Brasil, dentre outras. As transnacionais submetem governos, estimulam a corrupção político-judiciária, desrespeitam as normas de uma postura ética sócio-ambiental, enfim, promovem a cada ecológico, afastando cada vez mais o ser humano do chamado paradigma do cuidado (Boff, 1999).

As redes sociais, graças ao surpreendente crescimento das tecnologias digitais, a participação da sociedade civil na luta pelos direitos culturais dos povos e de seu ambiente. Muitas ONGS

também aproveitam esse momento, construindo suas estruturas de pressão política, realizando negociações com governantes, em busca da sustentabilidade global.

Responsabilidade social: fantasia ou realidade?

O termo responsabilidade surgiu recentemente para ser uma espécie de ferramenta de promoção de bem-estar social, inclusão cultural e preservação do Patrimônio Natural e Cultural, em que pese o fato de muitas empresas aproveitarem essa via de negociação de tributos e encargos sócio-econômicos com a esfera governamental para desvio de verba pública e maquiagem do caos sócio-ambiental. Isso acontece muito no Brasil, onde a imprensa não cansa de denunciar falcaturas nesse sentido.

É bom lembrar, contudo, que nos últimos anos, no Brasil, assistimos a uma consolidação desse modelo, com ações positivas em prol do paradigma sócio-ambiental, através de ações da PETROBRÁS, Fundação Bradesco, Fundação ABRINQ, Fundação Roberto Marinho, dentre outras, em associação a uma política governamental de incentivos fiscais em favor dessas empresas. Nessa troca fiscal, muitas comunidades locais-tradicionais vêm sendo auxiliadas, na busca de uma melhor qualidade de vida, sob a ótica do desejável desenvolvimento sustentável.

A construção de um projeto de sustentabilidade sócio-ambiental de base local, em Itaipu

Ainda nos anos da década de 1980, o arqueólogo César Lotufo estabeleceu os primeiros contatos com os pescadores da região litorânea de Itaipu, com o objetivo de investigar sua história e conhecer seus problemas, sonhos e desejos.

Organizados em duas instituições, a Associação dos Pescadores de Itaipu e a Colônia de Pesca Z-7, esses trabalhadores, hostilizados por políticos e por autores que escrevem impropérios etnocêntricos, vêm revelando sua saga, ao mesmo tempo em que buscam construir uma identidade cultural associada aos pescadores pré-históricos que caçavam baleias, tubarões e golfinhos, além de coletarem moluscos e desenvolverem atividades de pesca, há cerca de 4000 anos, na região³. No outro lado desse perfil identificado, podem-se observar as características pós-modernas, gerando um hibridismo cultural⁴, um exótico atrativo turístico.

A partir da década de 1990⁵ o autor vem desenvolvendo pesquisas nessa região, com o apoio de pescadores, professores e alunos, o que resultou na elaboração de um extenso programa acadêmico de pesquisas, fundamentado na visão holística de Capra (1989;1997), sobre a construção da memória social de comunidades tradicionais auto-sustentáveis, em contexto local.

O programa contempla as áreas de Arqueologia, Antropologia, Administração, Pedagogia, Psicologia, Direito, Letras e Turismo, na perspectiva contemporânea da gestão sócio-ambiental.

O objetivo geral do referido programa é qualificar os pescadores de Itaipu frente aos novos desafios impostos pelas recentes pressões globais.

A metodologia proposta tem como base um mapeamento dos produtores culturais locais e de suas necessidades cotidianas, no que se refere à gestão de seus recursos geo-ambientais e sócio-

¹ Em 1972, em Estocolmo (Suécia), na Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, patrocinada pela ONU, ao mais de 170 representantes de países-membros tornaram importantes decisões em prol da preservação do Patrimônio Natural e Cultural Mundial. Essas resoluções seriam retificadas, vinte anos depois, no Rio de Janeiro, durante a segunda conferência. Lotufo (1985;1987) apresentou a íntegra dos documentos e teceu reflexões sobre esse novo modo de pensar.

² Termo utilizado por Ramonet (2001, p. 47-63) para identificar as nações ricas que recomendam o Fórum da Davos (Suíça) e submetem as periferias sociais e territoriais do planeta, através de seus arsenais bélicos e poder econômico.

³ Um dos melhores trabalhos sobre a Pré-História e Arqueologia de Itaipu foi desenvolvido pela pesquisadora do Museu Nacional, arqueóloga Lina Kneip (1980).

⁴ O conceito de hibridismo cultural é apresentado e discutido por Stuart Hall (2005).

⁵ O professor César Lotufo, com suas aulas-de-campo em Itaipu, vem conquistando o apoio de colegas e alunos para a elaboração de um SISTEMA INFORMATIZADO DE BASE CULTURAL/ local sobre os aspectos geo-ambientais e sócio-culturais da Região, contendo com o apoio dos pescadores e do Museu de Arqueologia de Itaipu.